

:: janeiro/ junho - Ano IV, nº 1, 2008. ISSN 1980- 4490

Os “pequenos” e a cidade: O papel da escola na construção do direito à cidade.

Maria Tereza Goudard Tavares¹

mtgtavares@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo constitui um estudo qualitativo de cunho etnográfico e participativo sobre as possibilidades educativas da cidade contemporânea, no contexto sociocultural de uma escola pública do bairro Jardim Catarina, vinculada à rede municipal de educação de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. As suas questões centrais consistiram em investigar e problematizar a cidade no contexto escolar, buscando, através de uma *investigação cúmplice*, complexificar a tríade escola/cidade/alfabetização numa perspectiva emancipatória que colocou em discussão o *direito à cidade* como pressuposto de uma cidadania para os sujeitos escolares. O estudo justifica-se pela centralidade da cidade como espaço social de práticas educativas, um *livro de espaços* potencialmente ensinante de um outro *ethos* de conviviabilidade social, cabendo portanto, aos sistemas escolares interagir na e com a cidade, visando não somente dilatar a face pública e culturalmente ensinante da metrópole como, também, investigar os seus impactos na subjetividade dos *pequenos* em São Gonçalo. Nesse sentido, o

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Pesquisadora Procientista da UERJ. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e extensão Vozes da Educação: Memória e História das escolas de São Gonçalo. Membro do Conselho Municipal de Educação de São Gonçalo. Membro do GT de Educação Popular da ANPED e Pesquisadora Associada ao GRUPALFA/UFF.

artigo defende que o direito à cidade se inscreve não somente como uma luta dos *pequenos escolares* pelo acesso aos seus equipamentos socioculturais, mas, sobretudo, pela perspectiva de se discutir e refletir com os sujeitos escolares uma cidade mais democrática, menos excludente, mais humanizada pela fruição amorosa e responsável de sua gente.

Palavras-chave: cidade; escola; direito à cidade

The "little ones" and the city: the school's role in the construction of the right to the city

ABSTRACT

The presente article is a study of ethnographic and participative character about the educational possibilities of contemporary cities, within the social-cultural context of a public school in the neighborhood of Jardim Catarina, belonging to the local São Gonçalo school network, in the state of Rio de Janeiro. The core issues were the investigation and problemizing of the city in the school context, searching for the complex triad school/city/read-and-write-teaching, through an *accomplice investigation*, within an emancipatory perspective which placed the *right to the city* as a requirement for citizenship of school subjects. This study is justified by the central position of the city as social space of educational practices, a *book of spaces* potentially teaching another *ethos* of the capacity for social cohabitation, and it is thus up to the school systems to interact with and in the city, aiming at not only the dilatation of the public and culturally-teaching face of the metropolis, but also the investigation of its impacts on the subjectivity of the *little ones* of São Gonçalo. In this sense, this article claims that the right to the city is not only a struggle of the *little school children* for having access to its social-cultural equipment, but, above all, for the perspective of discussing and thinking with the school subjects over a more democratic, less

excluding city, more humanized by the loving and responsible enjoyment of its people.

Key words: city; school; right to the city .

Os “pequenos” e a cidade: O papel da escola na construção do direito à cidade.

*É difícil compreender como no vasto mundo
falta espaço para os pequenos.*

Carlos Drumond de Andrade, 1985

O presente artigo objetiva discutir algumas questões referentes às temáticas do direito à cidade, e o papel da escola pública na constituição desse direito. Resultante de minha tese de doutorado apresentada em 2003, o artigo busca enfocar, também, a questão do local (Bourdin) compreendendo essa escala como categoria fundamental no entendimento dos diferentes processos sociais, dentre eles, os educacionais em cidades das periferias das grandes metrópoles, como o caso específico, da cidade de São Gonçalo, um dos municípios mais populosos e problemático do Estado do Rio de Janeiro.

Investigar a cidade na/com a escola pública não caracterizaria *a priori* nenhum projeto de pesquisa original, visto que, nessas escolas, o currículo escolar instituído, de modo geral, define que nas séries iniciais, os/as alunos/as estudem a cidade e o bairro, a escola, a rua etc.

Nas escolas gonçalenses, nas séries iniciais, a cidade é transformada em conteúdo curricular, sendo objeto de estudo, especialmente nos livros didáticos de estudos sociais, como sinalizavam algumas de suas práticas escolares.

Porém, essa não foi a expectativa da pesquisa *Os pequenos e a cidade*. Não queríamos discutir apenas a cidade didatizada, sem aura, definida pelos livros didáticos. O que nos interessava era a cidade

vivida, experienciada e percebida pelos/as professores/as e alunos/as.

Partíamos do pressuposto de que era fundamental desenvolver uma *escuta sensível* e uma *compreensão ativa* das percepções e vivências dos sujeitos escolares sobre a cidade, especialmente porque a aprendizagem da vida na cidade, a fruição amorosa e responsável da metrópole contemporânea não é natural, muito menos óbvia. A aprendizagem da vida na cidade exige uma intencionalidade e dispositivos formadores que a instituição escolar congrega quase como inerente à sua constituição histórica, como parte de sua natureza institucional.²

Compreendíamos, também, que os sujeitos escolares, ao praticarem a cidade, buscavam dilatar sua legibilidade para além de sua *objetividade*, de sua materialidade. Concebiam a cidade como um *livro de espaços* (Alvarez, 1994), cuja percepção, leitura e interpretação deveriam fazer parte de projetos educativos compromissados com a edificação e a socialização de uma *política de direitos à cidade* (Lefebvre, 1991).

Ao senso comum amplamente difundido sobre a negatividade da cidade de São Gonçalo, no desenvolvimento do processo da pesquisa, nos foi possível contrapor a dúvida, a ambigüidade, a problematização:

O que significava para os/as escolares morar em São Gonçalo? Qual/quais as imagens da cidade? Seus pontos fortes, frágeis? Qual/quais o(s) significado(s) afetivo(s) para o/a morador/a? Afinal qual/quais representações da cidade apareciam no discurso dos/as escolares?

Nessa perspectiva, conhecer, escutar, dialogar com as vozes que ressoavam na fala, os olhares, as percepções dos/as escolares sobre a cidade gonçalense pode contribuir de forma crítica para que as

diferentes forças sociais (institucionais ou não), presentes no município, possam intervir de maneira mais planejada, apresentando alternativas mais democráticas aos interesses da coletividade, principalmente no que diz respeito ao *direito à cidade*, ao direito de conhecê-la, "lê-la", compreendê-la, usufruindo-a com respeito, cuidado, amorosidade, enfim, produzindo uma outra urbanidade onde a vida na cidade fosse cada vez mais uma responsabilidade coletiva, discutida e aprendida em todas as esferas societárias, especialmente nos sistemas escolares municipais.

O trabalho de nossa pesquisa, ao trazer à tona a complexificação da tríade escola/cidade alfabetização, procurou se inscrever no cerne de um debate que vem atravessando as ciências sociais na contemporaneidade:³ a centralidade da dimensão local nas sociedades contemporâneas.

Segundo Santos (1994a), em sua *epistemologia existencial*, o local adquire uma centralidade frente à questão do mundial na contemporaneidade.

Quando Santos, em sua análise geográfica, opõe mundo e lugar, por exemplo, aponta que ambos funcionam sob influências recíprocas; isto é, o mundo como latência, conjunto de possibilidades, e o lugar como existência, conjunto de oportunidades. *É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do lugar* (1994a, p.92).

Daí que Santos(1994a) recupera como tarefa central na sua *epistemologia existencial* (e geografia crítica) o exercício de estudar o que cada local tem de singular, de específico, de diferente.

Para ele, uma das formas de desvendar a complexidade do real é justamente unir o lugar e o mundo em um mesmo movimento visível. Para isso, recorre a pares de categorias opostas e complementares

que facilitam a análise mas que também permitem captar a tensão presente nessa realidade unitária.

Horizontalidades e verticalidades, tecnosfera e psicosfera, o novo e o velho, o interno e o externo permitem reconstruir uma dinâmica espacial como arena de antagonismos e complementariedades. Globalização e fragmentação, metropolização e desmetropolização, flexibilização e rigidez são processos que coexistem sob uma aparência contraditória, mas que, na verdade, respondem a uma mesma lógica. Razão global e razão local, espaços inteligentes e espaços opacos, solidariedade orgânica e solidariedade organizacional, são, segundo Santos (1997), fenômenos qualificados a partir de uma oposição, que se confundem e, ao mesmo tempo, se distinguem e se distanciam.

Estes são alguns exemplos que atravessam a questão do local e do mundial na contemporaneidade e que a obra de Santos, em sua generosidade, nos oferece caminhos para sua compreensão e análise.

Já para Bourdin (2001,p.9), tal debate se desdobra em três grandes vertentes:

Quando triunfa uma visão hiperlocalista da sociedade, quando o local é definido como o baluarte da mundialização e quando se faz do local o lugar principal da democracia.

Ainda para Bourdin (2001,p.20), a questão local ganharia novos contornos (e mais adeptos) especialmente quando o cenário mundial apresenta-se fortemente em crise: onda neoliberal, esgotamento dos grandes sistemas político-econômicos, crise do Estado-previdência, desemprego em massa, frágil governabilidade dos Estados nacionais, niilismo, conservadorismo, xenofobismo, protecionismo, enfim, um contexto mundial de insegurança e medo.

Para esse autor, desde 1996, a partir da Conferência de Istambul, as cidades seguem triunfando sobre o Estado-Nação, obrigando as ciências sociais a repensar seus modelos de interpretação das sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, a busca de um paradigma do local (Bourdin, 2001,p.26) tem sido uma interrogação para as ciências sociais, para as políticas públicas, para a ação militante e para a mitologia política, dentre outros campos de conhecimento e investigação teórico-prática.

Porém, a localidade inúmeras vezes não passa de uma circunscrição projetada em contextos autoritários, em razão de critérios que vão desde a história, a critérios puramente teóricos. Em alguns casos, a questão expressa a proximidade, a convivência diária, o viver junto. Em outros casos, exprime a existência de um conjunto de especificidades sociais, culturais bem partilhadas.

Dito de outra forma, cada vez mais o espaço (material e simbólico) da sociedade se constitui numa articulação entre o local e o mundial, visto que, hoje, o processo de reprodução das relações sociais materializa-se fora das fronteiras do lugar específico até há pouco vigentes (Carlos, 1996). Novas atividades criam-se no bojo de profundas transformações do processo produtivo, outros comportamentos, subjetividades se produzem sob tensão de novos valores, principalmente no *território miúdo* da vida cotidiana (Lefebvre, 1995).

No local, diante das novas densidades do *meio técnico-informacional* (Santos, 1997), o processo de globalização se materializa, o que implica dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. Um mundial que existe e se revela no local, redefinindo seu conteúdo, sem todavia anular suas singularidades (Carlos, 1996).

Diante dessas questões, a investigação do/sobre o local possibilitaria a perspectiva de interrogar o viver, o habitar, os modos de uso, os processos de apropriação do espaço, enfim, as táticas cotidianas dos diferentes sujeitos no chão da escola e nos territórios da cidade.

O crescimento é caótico! Quase todos os bairros novos daqui de São Gonçalo são invasões. Foram construídos assim... de repente! No susto! Falta de opção. A urbanização só vem em época de eleição. Aquela enganação... São Gonçalo! Campo de todo crescimento! Crescimento mais... São Gonçalo só tem um cinema. Uma livraria. São Gonçalo se acostumou a não mais participar... preferiu ir pra fora. A estrutura é melhor... Aqui tem coisas não oficiais, tipo algumas festas. Tem festival de rock. Quase ninguém sabe que tem. Dura algum tempo... festival de rock, campeonato de skate que ninguém sabe! São coisas grandes que não têm apoio de nada, são feitos assim... por eles...⁴

Ainda assim, segundo Bourdin, nenhuma dessas premissas convida a *elaboração de um quadro de questionamento, um paradigma ou simplesmente uma questão de local* (2001,p.25). Todavia, essas mesmas premissas têm sido recorrentemente utilizadas na afirmação de uma questão *de local* enquanto cenário das grandes preocupações contemporâneas.

É nesse contraditório contexto histórico-político⁵ que a polêmica local x mundial vem se configurando, exigindo que as forças sociais compromissadas com projetos societários mais includentes estabeleçam pautas de discussão, incentivem e aprofundem o debate e publicizem suas posições.

A posição de L.S. Fez, citado em Bourdin (idem, p. 17), é emblemática desse movimento:

O local é a prática que contesta, é o espírito que diz não. É o dispositivo crítico. ... ele trabalha os multipossíveis... mas acrescenta; ele pode causar anarquia e seu oposto, o fascismo. Pode favorecer o nascimento de uma sociedade de 'composição' em que cada unidade autogerada poderia inovar à sua maneira.

No bojo desse debate, apesar da diversidade de concepções, de posições, parece que as partes interessadas concordam com um princípio: é impossível a definição de um objeto local e principalmente dar-lhe um contorno territorial preciso. Nesse sentido, inúmeras são as polarizações e implicações que atravessam e configuram esse debate.

Concordamos com Bourdin, quando ele defende a necessidade de aprofundarmos a questão, complexificando as visões dicotômicas que naturalizam o local em detrimento do mundial, e/ou vice-versa.

Nesse sentido, com base em Morin (1996, p.181), podemos dizer que *não só a parte está no todo, mas também que o todo está na parte*. Isso implica que, ao abordarmos a questão do local e do mundial sob a perspectiva de complexidade, estamos abandonando um tipo de explicação linear e reducionista, *por um tipo de explicação em movimento circular, onde vamos das partes para o todo, do todo para as partes, para tentar compreender um fenômeno* (idem, p.182).

A pesquisa *Os pequenos e a cidade*, ao ter como horizonte o conhecimento que os sujeitos escolares produzem sobre sua cidade — São Gonçalo, reafirma seu interesse e compromisso com o contexto local. Porém, essa busca de conhecimento sobre a localidade se insere num movimento mais amplo, dialético, de compreensão das complexas intersecções entre o nacional e o mundial. Nossa profunda “inquietação” com o contexto local, no caso, a cidade de São Gonçalo,

é matizada pelos atravessamentos e articulações existentes entre esses três níveis presentes nas sociedades urbanas contemporâneas.

Temos clareza de que a sociedade urbana atual, que se produz em parte de modo real e concreto, em parte virtual e possível, constitui-se enquanto mundialidade, apresentando tendência à homogeneização ao mesmo tempo que permite a diferenciação. O local permite pensar sua articulação com o espaço urbano que se manifesta como horizonte. É a partir daí que se descerra a perspectiva de análise do local na medida em que o processo de produção do espaço é, também, um processo de reprodução da vida humana. Assim, o local permitiria entender a produção do espaço atual da cidade de São Gonçalo, uma vez que aponta a perspectiva de se pensar e investigar seu processo de formação social, bem como a questão das identidades da e na cidade.

Segundo Carlos (1996, p.23), o lugar é a base de reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. Neste caso, "o ser cidadão" produz-se e revela-se no plano de vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos expressam com os espaços se exprimem todos os dias nos modos de uso, nos espaços banais, no acidental. Enfim, o local é passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

A tríade *habitante-identidade-lugar* aponta a necessidade de considerarmos o corpo, pois é através dele que homens e mulheres habitam e se apropriam do espaço através de seus modos de uso, isto é, práticas corporais singulares, modos de estar no mundo.

E como homens, mulheres e crianças estão no mundo? Através de seus corpos e de seus sentidos. Nossa existência tem uma corporeidade manifesta no uso de nosso corpo no espaço praticado, vivido.

Para Carlos (idem, p.21), é nos lugares praticados, isto é, nos percursos reconhecidos de uma prática vivida e aparentemente sem sentido, que se criam laços profundos de identidade, *habitante-habitante-habitante-lugar*:

(...) minha mãe já mora aqui há trinta e seis anos, praticamente. E eu já moro aqui há vinte e nove anos, desde que eu nasci (...) porque antes isso aqui era muito mato, era muito mato, era mato demais, e a minha infância toda eu brinquei no mato, né? Porque era terrenos e mais terrenos baldios, era charco, né? (...) era como se fosse uma roça, tinha muito gado, criação mesmo! A gente conhecia, a gente comprava leite não só na tendinha, comprava leite na própria casa, quentinho no curral ... então a gente levava o nosso litro e comprava (...). Aí o Catarina foi crescendo, e foi modificando várias coisas (...) mas morar no Catarina é gostoso, principalmente quando você mora desde pequenininha, aí você conhece praticamente todo mundo, aí tem história, história de fulano de tal (...), então são histórias assim que a gente vai guardando, e eu acho interessante você cultivar uma história (...). (fala de C., professora da escola, em outubro de 2002).

E como o corpo é uma *mídia primária* (Mc Luhan, 1969), o/a habitante da cidade, ao praticá-la através de seu corpo-linguagem (Villaça, 1999), escreve e inscreve mensagens múltiplas em seus diferentes trajetos e percursos urbanos; nesse sentido, podemos afirmar que seu corpo é um *documento de identidade*, uma constelação de escritas cujas possibilidades de leitura não estão dadas *a priori*, necessitando de aprendizagens prévias:

Muitas crianças retornaram às aulas com seus corpos marcados por tatuagens. Felizes, exibiam suas "tatuagens

tribais”, algumas de henna, a maioria porém do tipo lavável, disponível nos chicletes, era motivo de escambo no corredor. Essas tatuagens, presentes também em inúmeros corpos em outros contextos da cidade, reafirmavam a nossa idéia do corpo como uma linguagem, isto é, a pele como um texto – arena gráfica que produz sentidos—comunicação.⁶

Para Mayol (2000), a palavra *comportamento* significa indicar que o corpo é o suporte primeiro, espaço fundamental das mensagens sociais proferidas, e que o/a *praticante* da cidade (mesmo sem o saber) produz com o seu corpo (e no seu corpo) significados, mensagens:

Sorrir/não sorrir é por exemplo uma oposição que reparte empiricamente, no terreno social do bairro, os usuários em parceiros “amáveis” ou não. Da mesma maneira, a roupa é indicador de uma adesão ou não ao contrato implícito do bairro, pois, a seu modo, “fala” sobre a conformidade do usuário (ou de seu desvio) àquilo que se supõe a “maneira correta” do bairro. O corpo é suporte de todas as mensagens gestuais que articulam essa conformidade: é um quadro-negro onde se escrevem — e portanto se fazem legíveis — o respeito aos códigos ou ao contrário, o desvio com relação ao sistema de comportamentos (Mayol, 2000:48).

Em nossa pesquisa, defendemos que o conhecimento sobre/do local abre a perspectiva para se pensar com os respectivos sujeitos escolares suas singularidades no viver, no habitar, *nos modos de uso* da cidade, no consumo, nos processos de apropriação e (re)criação do espaço urbano, dentre outras questões.

Com relação aos processos educacionais propriamente ditos, no local atualizam-se perspectivas de pesquisa do pensamento

educacional brasileiro. Processos que sinalizam, na contemporaneidade, a possibilidade de afirmação de um pensamento histórico-crítico que possibilita pensar o papel dos processos educacionais locais no bojo dos sistemas educacionais nacionais e internacionais.

A importância e o crescimento dos estudos locais, sobretudo no campo educacional, justificam-se pela crescente municipalização do Estado brasileiro. Tanto no cenário nacional, quanto no internacional, as cidades adquirem, cada dia mais, um forte protagonismo, tanto na vida política como na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação (Castels e Borja, 1996).

No caso específico da questão educacional, os municípios constituem-se em campos privilegiados para os estudos sobre a efetivação do direito à educação, considerando-se a Constituição de 1988, reformulada pela Emenda Constitucional 14/96, e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse novo contexto jurídico-institucional no plano local produz ressonâncias, singularidades, cenários complexos que, o/a pesquisador/a *interessado/a* deve levar em consideração ao investigar o sistema educacional municipal frente aos impactos da implementação (ou não) desse novo quadro jurídico da educação nacional.

As medidas e os procedimentos político-administrativos adotados por distintos *poderes locais* (Lesbaupin, 2000) expressam arranjos institucionais, que muitas vezes, contraditoriamente, não levam em consideração os interesses, as singularidades e as transformações em curso. As pressões locais derivadas dos interesses em disputa expressam as condições de realização da (re) estruturação do sistema de ensino. Quer dizer que, entre o espírito da lei e sua aplicabilidade cotidiana, as condições locais derivadas dos graus e formas de ação política, os interesse do mercado, das pessoas e de

seus grupos interferem na regulação desse sistema de ensino, nos seus modos de funcionamento.

Nesse sentido, os estudos e investigações sobre a reestruturação dos sistemas de ensino locais nos remetem às discussões sobre a reforma do Estado em curso no país, principalmente aos acontecimentos da última década.⁷ Assim, investigar e compreender a complexidade desses processos no plano local deveriam ganhar mais centralidade no campo das pesquisas em educação,⁸ visto as possibilidades de análise e intervenção que propiciam.

Esse movimento, ao definir o local como um dos espaços da totalidade social, tensionado pela confluência dos processos macro e microsociais, parte do pressuposto de que, nesse contexto de globalização, cada vez mais o mundo se constitui em uma articulação entre o local, o nacional e o mundial.

As ciências humanas e na educação, em particular, o problema da delimitação do local emerge como necessidade diante do esmagador processo de globalização, hoje de forma muito mais acelerada do que em outros momentos da história nacional e mundial.

Para Milton Santos (1997), o mundo moderno é marcado por constante processo de transformações sociais, econômicas, políticas e sobretudo espaciais. Esse mundo, em crise, foi nas últimas décadas objeto de suas investigações e justificaria na prática uma mudança completa dos modos de pensar e interpretar a realidade. Para Santos (idem), pensar esse período atual, que ele denominava de período técnico-científico informacional, é algo que a atualidade lhe impõe, pois, para o autor, vivemos em um mundo exigente de um discurso necessário à inteligência das coisas e das ações.

Para a análise do período, Santos(1997) destacava duas questões que norteariam seu pensamento. Primeiro, considerar o presente período histórico como algo que pode ser definido como um sistema

temporal coerente, cuja explicação exige que sejam levadas em conta as características atuais dos sistemas técnicos e suas relações com a realização histórica, e que, no presente período histórico, o espaço geográfico pode ser considerado como *meio técnico-científico informacional*.

Este período técnico-científico no fim da Segunda Guerra Mundial nos países do Primeiro Mundo, se generalizando para o Terceiro Mundo a partir de 1960. E caracterizar-se-ia pela crescente inter-relação entre a ciência e a técnica, com predomínio da primeira. Neste período, a ciência é cada vez mais comandada pela produção.

Outro aspecto importante a ressaltar, no período, é o surgimento de novas áreas do saber, como as biotecnologias, as químicas, a cibernética e a eletrônica. É o período em que a informação se torna instantânea e ganha nova importância e amplitude, possibilitando o conhecimento do mundo por meio dos satélites e de outros meios.

No presente período histórico, o espaço geográfico se deve à emergência de um meio técnico-científico informacional em que o território qualifica e quantifica ciência, tecnologia e informação, que pouco a pouco invade todos os recantos da vida social, fazendo parte do cotidiano da cidade e do campo. No campo, mediante mecanização crescente, superimposição de um calendário agrícola, utilização de fertilizantes e sementes especializadas. Nas cidades, por meio do aperfeiçoamento dos serviços e da informação. Santos (1979,p.28) qualifica assim, o espaço geográfico atual *como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que variam segundo as condições históricas de cada época*. Os objetos são coisas produzidas por homens e mulheres, intencionalmente concebidos para atender a determinadas finalidades, tendo sua localização determinada intencionalmente. As ações são técnicas e cientificamente fundadas, permeadas de

informação e intencionalidade, ou seja, são ações racionais para um espaço racionalizado.

Contudo, Santos(1979)destaca que o espaço geográfico não é um todo homogêneo. Ele guarda na sua construção histórica contradições, verificando-se, assim, que a difusão dos objetos modernos e a incidência das ações modernas não são as mesmas em toda parte. Não existe assim um espaço global, mas apenas espaços da globalização, espaços mundializados, reunidos por redes técnicas que são instrumentos da produção de bens, circulação de mercadorias e informação mundializada. As redes tanto podem ser globais como locais; desse modo, transportam o universal ao local.

Os espaços regionais (como a cidade de São Gonçalo) apresentam assim cargas diferentes de conteúdo técnico, de conteúdo científico e de conteúdo informacional. Eles se interpenetram nos lugares, mas não se confundem, em que cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente. Haveria lugares que, por receberem uma carga maior de recursos técnico-científico informacionais, estariam mais voltados para o futuro, ao passo que outros lugares ou regiões, com menos recursos técnicos informacionais, estariam mais voltados para o presente (Santos,1997).

Nesse movimento, o lugar passa a ter importância fundamental; ele representa o núcleo reflexivo da análise, pois Santos ressalta a originalidade do lugar como produto de um processo particular de acumulação de tempos históricos, com suas especificidades políticas, sociais, estratégicas, uma vez que é a partir do lugar que ajustamos nossa interpretação de mundo, onde convivem o permanente, o passageiro, o imposto de fora, como afirma Santos(1997).

É no lugar onde se estabelecem as relações, onde se reúnem numa mesma lógica homens, empresas, instituições, formas sociais, jurídicas e formas espaciais. Assim, cada lugar contém elementos de

uma razão global que busca impor a todos os lugares uma única racionalidade, contendo também uma razão local com características e movimento próprios. Nesse sentido, os lugares responderiam ao movimento do mundo segundo as suas diversas possibilidades associadas à própria racionalidade.

Ao acompanhar mais sistematicamente e com maior proximidade a rede municipal de educação gonçalense,⁹ entre os inúmeros problemas presentes (que se repetem também, de forma diferenciada, no cenário nacional e mundial) tais como insuficiência de vagas, distorção série-idade, repetência e evasão nas séries iniciais, baixa produtividade do ensino, déficit de profissionais, especialmente, de professores nas escolas, má distribuição territorial das escolas, péssimas instalações escolares, entre outros, uma questão se tornou renitente em meu contato com os/as professores e estudantes: o aparente estigma (Goffman, 1988) de morar em São Gonçalo.

A baixa auto-estima e o (auto) preconceito inerente a esse estigma espacial eram tão intensos e recorrentes nas falas dos/das diferentes sujeitos escolares, que não pude ignorá-los, diluí-los, ou muito menos, não problematizá-los enquanto campo fértil de investigação. A questão da identidade social do/a gonçalense me parecia fundamental a ser investigada, diante dos complexos problemas que essa "identidade deteriorada" do/a gonçalense parecia produzir na sua relação com a cidade.

Nesse sentido, a pesquisa *Os pequenos e a cidade* foi estruturada com um viés específico: identificar as imagens e os discursos sobre a cidade de São Gonçalo junto aos professores e estudantes de três escolas da rede pública municipal. Porém, devido a "circunstâncias conjunturais", foi desenvolvido em apenas uma escola municipal, a Prefeito Nicanor Ferreira Nunes,¹⁰ no bairro de Jardim Catarina, um

dos maiores bolsões de pobreza do município e espaço de modos de uso dos desenraizados.¹¹

Sabia com base em Braudel (1996) da necessidade de investigação histórica, da importância dos fatores que se desenvolvem a longo prazo na compreensão de realidades sociais e políticas atuais. Aliás, esse debate já é bastante conhecido nas ciências sociais, principalmente entre os que defendem uma explicação histórica e/ou genealógica, e os que sustentam uma explicação contextual, sistêmica ou estrutural.

Embora na escala local raramente sejam visíveis as formas e os conteúdos dos grandes processos históricos, é no local que eles ganham sentido, mesmo que ocultados e invisibilizados. Por isso, de acordo com Martins, é no âmbito do local que a história é vivida e é onde pois tem sentido (2000, p.132). Para esse autor, *a história local é a história da particularidade, embora ela se determine pelos componentes universais da história* (idem).

Continuando o diálogo com Martins sobre a questão local, entendemos que é preciso levar em conta que a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, nos seus modos de vida, nas suas práticas culturais, nas relações sociais, no modo pelo qual vivem e dão sentido ao local, ao município, ao bairro, à escola, enfim, à cidade e seus territórios praticados.

(...) É gostoso, porque primeiro a gente conhece todo mundo, né? E você já é conhecida, então quando você passa na rua, dia de sábado ou domingo... você tá passando, de repente você escuta assim: Oi professora, oi tia Cláudia... então é gostoso porque os pais deles começam a ter uma convivência maior com você, parece que você é íntimo deles, né? Você encontra com a mãe na rua, aí falam assim: - E aí, meu filho como é que tá?... Então quer dizer, tem um relacionamento. Aí passa por

mim: - Ah, seu filho tá crescido... era pequenino, já tá um moço (...).(fala de C., professora da escola e moradora do Jardim Catarina, há 29 anos, em outubro de 2002).

No caso de nosso trabalho de pesquisa, era necessário investigar e conhecer de que forma esse *local herdado* (Bourdin, 2002, p.40) agia, influenciava as realidades presentes. Era necessário, também, investigar e conhecer como o *local herdado* era transformado pelas ações humanas no mundo (Arendt, 1995). De que forma(s) se produzia e/ou foi produzida essa identidade a princípio negativa do/a gonçalense? ¹² De que maneira a escola poderia influenciar, se implicar na constituição de outra (s) identidade(s) na cidade?

*Como ter orgulho de ser gonçalense se para um grande contingente de pessoas morar na cidade significava não ter condições para morar em outro lugar? Significava viver sem oportunidades e ou viver no esquecimento?*¹³

As novas formas de relações sociais, as questões advindas da expansão urbanística, os modos de apropriação do local, a crise educacional, o desemprego, a violência urbana etc. se manifestam no banal, no miúdo, no familiar, refletindo e corporificando as grandes transformações que a sociedade brasileira vem sofrendo no limiar do novo século. Assim, o local se apresenta como um desafio à compreensão da sociedade contemporânea, exigindo um esforço analítico muito grande, que não abdique de abordá-lo em sua multiplicidade de formas e conteúdos, em sua dinâmica histórica.

Para Milton Santos (2000, p.13), *ser cidadão de um país, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir apenas uma justificativa de cidadania integral a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local.*

Poxa, Tereza, não tem quase material nenhum sobre São Gonçalo (...) a gente quer estudar a cidade com os alunos e é sempre difícil (...) sobre o Jardim Catarina, então... não tem nada! Na Associação, me falaram de um material do SEBRAE... Nem parece que a cidade existe, ninguém sabe a sua história (...). (fala de L., professora de geografia da escola, em abril de 2002).

A multiplicidade de situações regionais e municipais, provocadas pelo neoliberalismo e a globalização econômica, instala uma variedade de quadros de vida, cuja realidade preside o cotidiano das pessoas e deve ser a base para a vida societária em comum. Ainda é Santos que afirma que, *a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente (...)* Com uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações (2000, p.13).

Nessa perspectiva, dentro da pesquisa *Os pequenos e a cidade*, compreender o local /a cidade vem sendo premente, não apenas pela possibilidade de investigação da memória e da história escolar gonçalense, mas, sobretudo, pelo desafio político-epistemológico que representava escavar, recuperar, escrever e socializar uma história (ainda) invisível, ainda pouco documentada como a história escolar gonçalense.

*(...) procurar informações na prefeitura de São Gonçalo era como procurar uma agulha num palheiro (...). Os dados não eram organizados em relatórios anuais, não havia relatórios específicos das secretarias, qualquer tipo de balanço das ações municipais... dados sistematizados só os organizados pelo IBGE (...).*¹⁴

Enfatizamos a centralidade que o diálogo entre a nossa Instituição – a Faculdade de Formação de Professores e a cidade deve perseguir, pois inúmeros são os horizontes que podem ser trilhados

compartilhadamente, a partir da identificação e da discussão de problemas e interesses comuns entre a universidade e a cidade.

Tomar o local como ponto de partida e de chegada no nosso trabalho interessado é vê-lo como um dos lugares principais da democracia que, sem se dicotomizar do nacional e do global, assume uma relação interativa com esses níveis, produzida pela possibilidade de mobilidade, intencionalidade e articulação das ações humanas. Tais ações, nesse sentido, variam desde uma inserção mais fortemente ligada à localidade, até a adoção de programas de ações socioculturais que, passando pelo local, utilizam-se de outros canais para organizar as relações com o mundo.

No processo da pesquisa fomos também nos questionando sobre a horizontalidade e a verticalidade da educação gonçalense nos processos históricos que têm conformado os projetos políticos da educação nacional, bem como das políticas públicas adotadas, e quais os efeitos destes, nas práticas e representações locais, no cotidiano das escolas do município.

A Secretaria vai mandar a merenda e vai pagar adicional aos professores que trabalharem na colônia de férias da escola (...) eles querem ampliar o nosso projeto pra rede toda a partir do segundo semestre. A colônia de férias da Nicanor virou projeto da prefeitura (...) o Secretário já recebeu "carta branca" do prefeito (...). (fala de C., diretora da escola, em maio de 2002).

Investigar os processos educacionais em São Gonçalo, sem deixar de considerar que a cidade é pertencente à região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, interagindo com ela, sem deixar de revelar as suas singularidades, foi/tem sido um grande desafio.

Porém, o fato de trabalhar também com o componente curricular Educação Popular nas licenciaturas de Faculdade de Formação de

Professores tem me permitido investigar e problematizar com maior profundidade os processos sócio-educacionais locais, inclusive pondo em discussão a pretensa identidade negativa e a baixa auto-estima do/da gonçalense.

Com efeito, no 2º semestre de 1998, foi possível desenvolver, junto a um grupo de 40 estudantes de diferentes licenciaturas, um estudo exploratório¹⁵ sobre o imaginário urbano na cidade de São Gonçalo.

A expectativa de discutir e investigar com jovens futuros/as professores/as de vários campos do conhecimento humano (Geografia, História, Biologia, Letras e Matemática) a centralidade da cidade na vida contemporânea ganhou maior corporeidade à medida que identificávamos (estudantes e professora) que a metrópole contemporânea, por sua perspectiva transversal, nos possibilitava construir, na dinâmica de nossos encontros, um estilo de pensamento mais aberto, menos compartimentado em campos disciplinares específicos, portanto um estilo de pensamento mais complexo.

Aprendíamos no movimento coletivo de nosso estudo exploratório que problematizar a cidade envolvia uma transversalidade de conhecimentos (históricos, geográficos, econômicos, políticos, antropológicos, sociológicos, arquitetônicos, epistemológicos etc.) que nos obrigava a abandonar a crença cartesiana na especialização e na fragmentação de um fenômeno para o seu melhor e maior (re)conhecimento.

Se a cidade educa, como educa, para que educa? Essas e outras questões constituíram, em princípio, o roteiro/dispositivo detonador de nossas discussões, matéria-prima em classe para darmos prosseguimento e sustentação ao nosso projeto de trabalho – estudo exploratório *Vozes de São Gonçalo*.

Essa perspectiva implica não apenas considerar a natureza epistemológica da instituição escolar, mas sobretudo sua natureza e função política. A possibilidade de estudar a cidade com os sujeitos escolares implicou poder compreender os processos (nem sempre visíveis) que se produzem no cotidiano de nossas cidades. Processos esses que como um *currículo urbano*¹⁶ (re)constituem as páginas do *livro de espaço* que é a cidade contemporânea.

Para aprender a cidade era necessário conhecê-la, perscrutá-la, explorá-la como um *livro de espaços*, cujas primeiras leituras necessitaria de muitas contribuições para ser viabilizada.

(...) la propuesta es hacer una lectura de la ciudad. Aprender de este modo los orígenes de la ciudad o partir de los signos y elementos que retratan su pasado y que nos ayudan a entender como y por qué se ha convertido en lo que es hoy. Abarca conocer todo lo que la ciudad ofrece para servirse de ella, incluye analizar los itinerarios cerrados y selectivos que la constituyen y la visión crítica de sus carencias y excesos, de sus disfuncionamientos y desigualdades, de los éxitos y fracasos de los que la viven (Alderoqui, 1996, p.42).

Assim, ter uma *escuta sensível* para as diferentes vozes escolares sobre a cidade, mais do que uma estratégia fecunda de (re)conhecimento e aprofundamento da memória e da história das políticas sócio-educativas no município, tornou-se um princípio educativo, um dispositivo político-epistemológico fundamental para a compreensão das relações complexas entre a escola e a cidade, tendo como pano de fundo uma educação na/para a cidade, consubstanciado num projeto societário mais amplo, fundamentado em valores democráticos de cidadania e inclusão social para todos/as os/as gonçalenses (“históricos e desenraizados”).

Em síntese, na pesquisa,¹⁷ tomar o local como ponto de partida e de chegada nos aproximou do pensamento do poeta português Fernando Pessoa, quando afirma que, *para ser universal canta a tua aldeia*.

Referências Bibliográficas

ALDEROQUI, S. Urbania: afirmar la ciudad. **Revista Estrada**, n. 3, Buenos Aires, 1996

ALVAREZ, José Maurício Saldanha. A cidade, livro de espaços. Rio de Janeiro: **Revista À margem**, nº 4, Fronteiras, 1994.

ARENDT, H. **A condição humana**. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

AZEVEDO, J.M.L. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. In: **Revista Educação e Sociedade** – Políticas públicas para a educação: olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002. Campinas, v. 23, n. 80, set./2002.

BARBIER, René. A escuta sensível em educação. In: **Revista da Anped**, Caxambu, n. 5, set./1992.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

BRAUDEL, F. **História e ciência social**. Lisboa: Presença Editora, 1996.

CARLO, A.F. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTELLS, M. e BORJA, J. As cidades como atores políticos. In: **Novos estudos**, CEBRAP, n. 45, São Paulo: 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 2. morar/cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHEIBUB, Z. B. e ALMEIDA, A. C. **Diagnóstico sócio econômico do Jardim Catarina**. SEBRAE/PRODER/DATA UFF. Rio de Janeiro, dez./1999, mimeo.

CURY, L.R.J. A educação básica no Brasil. In: **Revista Educação e Sociedade** – Políticas públicas para a educação: olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002. Campinas, v. 23, n.80, set./2002.

GOFFMAN, E. **Estigmas. Notas sobre manipulação de identidade direcionada**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1988.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LESBAUPIN, I. **Poder local e exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, M.S. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

MC LUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

MAYOL, P. MORAR. In: CERTEAU, M. A invenção do cotidiano 2. **Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MEU Brasil começa aqui. **O São Gonçalo**, São Gonçalo. 24/5/2000, Seção Comunidade, p. 4.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

O PATINHO feio de São Gonçalo. **O São Gonçalo**, São Gonçalo, 3/set./2001, Seção Comunidade, p. 3.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record. 2000.

_____. **Técnica espaço tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.

_____. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994 a.

_____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

TAVARES, M.T. G. **Os pequenos e a cidade**: O papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2003, Mimeo.

VILLAÇA, N. **Que corpo é esse? Novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Maud, 1999

Mini Currículo:

Nome: Maria Tereza Goudard Tavares. Professora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Pesquisadora Procientista da UERJ. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e extensão Vozes da Educação: Memória e História das escolas de São Gonçalo. Membro do Conselho Municipal de Educação de São Gonçalo. Membro do GT de Educação Popular da ANPED e Pesquisadora Associada ao GRUPALFA/UFF.